

PELA ORDEM

ANGELO SANTI E AGÊNCIAS
asanti@jj.com.brAPOIO AO PL DO
'VOTO AUDITÁVEL'

Na sessão ordinária de ontem (29), a Câmara de Jundiaí também aprovou a moção de apoio à PEC da deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), que dispõe sobre a votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, tornando obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, depositadas em urnas indevassáveis, o chamado 'voto auditável' que possibilita a recontagem dos votos após as eleições.

NOVA ÁREA
PARA A FUMAS

Os vereadores jundiaenses também aprovaram ontem (29) o texto da Prefeitura de Jundiaí que reabre prazo para doação, à Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS), de áreas públicas situadas no Loteamento Parque São Luiz, localizado no bairro Jundiaí-Mirim, para fim habitacional. Durante a sessão, o superintendente da Fumas, José Galvão Braga Campos, o Tico, foi bastante elogiado pelos parlamentares.

JUNDIAÍ O presidente Faouaz Taha (PSDB) teve problemas para conter os ânimos dos vereadores e ameaçou cortar os microfones

Câmara é palco de discussões e vereadores perdem a paciência

ANGELO AUGUSTO SANTI
asanti@jj.com.br

A 'ideologia de gênero' mais uma vez foi tema de discussões polêmicas e descabidas na Câmara de Jundiaí. Na sessão de ontem (29), após recusarem a urgência na moção do vereador Madson Henrique (PSC), de repúdio contra uma campanha do Burger King, vereadores como Douglas Medeiros (PSDB) e Roberto Conde (REP) usaram a tribuna para, novamente, proclamarem falas conservadoras e citações bíblicas.

As discussões ocorreram durante a votação da moção da vereadora Quezia de Lucca (PL), de apoio ao PL federal que define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

Após mais tempo perdido nas discussões sobre gênero, e na insistência do vereador Madson Henrique (PSC) no assunto, o presidente da Casa, Faouaz Taha (PSDB) perdeu a paciência e teve que exigir que os vereadores respeitassem a pauta. Faouaz chegou a ameaçar cortar o áudio de Madson, que desviou do assunto principal para seguir na discussão sobre gênero.

"Já pedi que não voltasse



Sessão da Câmara é novamente marcada por discussões de temas polêmicos totalmente fora de pauta

a esse tema do Burger King e você desrespeitou. Eu estou aqui como um tonto, não é possível", disse Faouaz a Madson.

Já a vereadora Quezia também se revoltou e afirmou que "infelizmente nós vemos atitudes machistas nesta Casa. Respeito a palavra de todos, mas

houve desrespeito comigo. Houve preconceito mascarado aqui", respondeu ela ao vereador Val Freitas (PSC). Val havia dito minutos antes que Quezia deveria votar favorável ao texto de Madson por ela ser cristã.

Depois de todas as discussões, reclamações e argumen-

tações, todas as moções foram aprovadas, até as que não entraram para votação em regime de urgência.

VETO REJEITADO

A Câmara de Jundiaí, em sessão ordinária nesta terça-feira, rejeitou o veto total do

prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e manteve a aprovação do projeto de lei do vereador Antonio Carlos Albino (PL) que prevê a instalação de sistema fotovoltaico (placas que transformam energia solar em elétrica) para geração de energia nos novos próprios públicos e na rede de iluminação pública.

Em sua justificativa, o Executivo aponta que o projeto é ilegal e inconstitucional, apesar de tratar de um assunto extremamente relevante e importante, que é a sustentabilidade no município. No entanto, os vereadores argumentaram que poderiam sim legislar sobre o assunto e tiveram parecer de constitucionalidade por parte do jurídico da Câmara.

O chamado sistema fotovoltaico é o responsável por captar a energia solar em painéis e convertê-la em eletricidade. A energia produzida abastece a rede elétrica em larga escala, como acontece em algumas usinas solares. No entanto, ela também pode ser gerada para abastecer residências, que caracteriza o uso doméstico da energia solar.

Segundo o autor do texto, a legalidade da proposta se dá pelo fato dela tratar das instalações de energia solar apenas de futuras obras públicas, não havendo a necessidade de manutenção nos locais já construídos.